
SUMÁRIO

Capítulo 1 – Conceitos Preliminares.....	1
1.1 Noções fundamentais.....	1
1.1.1 Normas, norma jurídica, direito e direito constitucional.....	1
1.1.2 Sistemas jurídicos: romano-germânico/ <i>civil law e common law</i> ...	3
1.1.3 Direito e direitos	6
1.2 Constitucionalismo: uma nota.....	9
1.3 Constituição e classificações.....	13
1.4 Direito, justiça e Constituição.....	21
1.5 Direito, Constituição e democracia.....	26
1.6 Enunciado normativo e norma.....	28
1.7 Espécies normativas: princípios e regras	30
1.8 Direito público e direito privado	37
1.9 Normas jurídicas e normas constitucionais: características	42
1.10 Eficácia jurídica e aplicabilidade.....	50
1.10.1 Modalidades de eficácia jurídica.....	54
1.10.1.1 Modalidade de eficácia jurídica: simétrica ou positiva ...	55
1.10.1.2 Modalidade de eficácia jurídica: nulidade	55
1.10.1.3 Modalidade de eficácia jurídica: ineficácia	56
1.10.1.4 Modalidade de eficácia jurídica: anulabilidade.....	57
1.10.1.5 Modalidade de eficácia jurídica: negativa.....	57
1.10.1.6 Modalidade de eficácia jurídica: vedativa do retrocesso.....	58
1.10.1.7 Modalidade de eficácia jurídica: penalidade	62
1.10.1.8 Modalidade de eficácia jurídica: interpretativa	63
1.10.2 Eficácia jurídica, aplicabilidade das normas constitucionais e algumas classificações.....	67
1.11 Efetividade.....	72
1.12 Interpretação constitucional.....	72
1.13 Direito Constitucional.....	80
Capítulo 2 – História Constitucional Brasileira.....	83
2.1 O Império	83
2.2 Constituição de 1891	84
2.3 Constituição de 1934.....	85
2.4 Constituição de 1937.....	86
2.5 Constituição de 1946.....	88

2.6	Constituição de 1967/69	89
2.7	A Constituinte de 1987/88, antecedentes da constituição de 1988 e as primeiras décadas	90
Capítulo 3 – Poder Constituinte		97
3.1	Poder constituinte originário	97
3.2	Poder constituinte derivado ou reformador.....	101
3.3	Poder constituinte decorrente.....	105
Capítulo 4 – Direito Constitucional Intertemporal		107
4.1	A constituição nova e a constituição anterior	109
4.2	A constituição nova e a ordem infraconstitucional anterior.....	110
4.3	A constituição nova e as posições subjetivas anteriores	114
4.4	A constituição de 1988 e a disciplina do direito intertemporal.....	118
4.5	As emendas constitucionais, a constituição e a legislação infraconstitucional anterior	119
Capítulo 5 – Princípios Constitucionais e seus Corolários.....		121
5.1	República (art. 1º, <i>caput</i>).....	121
5.2	Democracia (art. 1º, <i>caput</i>).....	126
5.3	Estado democrático de direito (art. 1º, <i>caput</i>)	131
5.4	Dignidade humana (art. 1º, III)	133
5.5	Bem-estar social (art. 3º, IV).....	138
5.6	Soberania nacional (art. 1º, I, e art. 170, I).....	139
5.7	Livre-iniciativa (art. 1º, IV, e art. 170, <i>caput</i>)	141
5.8	Valorização do trabalho humano (art. 1º, IV, e art. 170, <i>caput</i>)	145
5.9	Solidariedade (art. 3º, I).....	148
5.10	Legalidade (art. 5º, II)	149
5.11	Isonomia (art. 5º, <i>caput</i> , I).....	154
5.12	Devido processo legal e seus corolários. Limites ao direito sancionador (arts. 5º, LIII a LVII e XLV a L).....	158
5.13	Razoabilidade e proporcionalidade (art. 1º, <i>caput</i> , e art. 5º, LIV).....	166
5.14	Segurança (art. 5º, <i>caput</i> , XXXVI, XL, art. 142, art. 144, art. 150, III, <i>a</i>).....	169
Capítulo 6 – Direitos Fundamentais e Ordem Social: Uma Introdução		181
6.1	Centralidade da pessoa humana e de seus direitos	183
6.2	Destinatários e garantias dos direitos	185
6.3	Interpretação e eficácia dos direitos fundamentais. Restrições aos direitos fundamentais.....	191
6.4	Direitos e custos.....	200
6.5	Direitos fundamentais: panorama na Constituição de 1988.....	206

6.5.1	Direitos e deveres individuais e coletivos	208
6.5.1.1	Espaço de intangibilidade: dimensões física, existencial e liberdades intelectuais e espirituais e de ação.....	209
6.5.1.1.1	Direito à vida, à integridade física e moral e vedação à tortura (art. 5º, <i>caput</i> , III, XLVII e XLIX)	209
6.5.1.1.2	Direito à imagem, à honra e à privacidade (art. 5º, X, XI e XII)	211
6.5.1.1.3	Liberdades de expressão, religiosa, de iniciativa, de associação, de reunião e de locomoção e direitos de propriedade (art. 5º, IV, VI, VIII, IX, XIII, XV, XVI a XXI, XXII, XXIV, XXVII e XXIX)	214
6.5.1.2	Limites e condicionantes da ação da autoridade.....	219
6.5.1.2.1	Legalidade, isonomia, devido processo legal, proporcionalidade/razoabilidade e segurança jurídica	219
6.5.1.2.2	Limites específicos à ação sancionadora do Estado e à prisão	220
6.5.1.3	Garantias do respeito às categorias anteriores (ao espaço de intangibilidade e aos limites e condicionantes da ação da autoridade): direito à informação, acesso à Justiça e remédios constitucionais	221
6.5.2	Direito à nacionalidade	228
6.5.3	Direitos políticos.....	230
6.5.4	Direitos dos trabalhadores.....	232
6.5.5	Direitos sociais	233
6.5.6	Direitos difusos e coletivos.....	237
6.6	Ordem Social.....	238
6.6.1	Seguridade social	239
Capítulo 7 – Organização do Estado e a Federação Brasileira.....		243
7.1	Conceitos preliminares	243
7.2	União	248
7.3	Estados	250
7.4	Distrito Federal	250
7.5	Municípios	252
7.6	Territórios federais.....	255
7.7	Distribuição de competências.....	256
7.7.1	Critérios de distribuição de competências	256
7.7.2	Bens	262
7.7.3	Competências político-administrativas.....	264

7.7.4	Competências legislativas	266
7.7.5	Competências tributárias.....	269
7.8	Judiciário e Federação	269
7.9	As competências em interação: alguns exemplos.....	271
7.10	Conflitos de competências na Federação e critérios de solução.....	276
7.10.1	Poderes implícitos, competências gerais e específicas e nacionais e locais	277
7.10.2	Conflito potencial entre Estado e Municípios: interesse local x interesse comum. Limites de cada competência. Regiões metropolitanas.....	280
7.11	Intervenção federal.....	284
7.12	Uma nota final: a interpretação das competências federativas e controle social.....	287
Capítulo 8	– Separação e Organização de Poderes.....	291
8.1	Separação de poderes: breve evolução histórica e do pensamento político....	293
8.2	Sistemas de governo (presidencialismo, parlamentarismo e semipresidencialismo) e controle do poder político.....	299
8.3	O presidencialismo brasileiro	304
8.4	Separação de poderes como cláusula pétrea: uma nota.....	309
Capítulo 9	– O Legislativo Brasileiro.....	313
9.1	Poder legislativo	313
9.1.1	Câmara dos Deputados.....	315
9.1.2	Senado Federal.....	317
9.1.3	Legislativos dos Estados, Distrito Federal e Municípios	317
9.1.4	Regime jurídico dos parlamentares.....	319
9.1.4.1	Prerrogativas	319
9.1.4.2	Vedações.....	325
9.1.4.3	Perda do mandato	326
9.1.5	Poder Legislativo e suas competências.....	328
9.1.5.1	Competências normativas.....	329
9.1.5.1.1	Competências normativas com participação do Executivo	329
9.1.5.1.2	Competências normativas sem participação do Executivo (arts. 49, 51 e 52)	330
9.1.5.2	Competências de controle e fiscalização	332
9.1.5.3	Comissões Parlamentares de Inquérito.....	337
9.2	Tribunais de Contas.....	342
9.3	Processo legislativo.....	348
9.3.1	Iniciativa.....	351

9.3.2	Discussão e votação	355
9.3.3	Sanção/veto, promulgação e publicação	361
9.3.4	O controle judicial do processo legislativo	363
9.4	Espécies legislativas	364
9.4.1	Emendas constitucionais	364
9.4.2	Leis Complementares e leis ordinárias.....	372
9.4.3	Leis delegadas	373
9.4.4	Medidas provisórias.....	374
9.4.5	Decretos Legislativos e Resoluções.....	377
Capítulo 10 – Poder Executivo		379
10.1	Poder executivo: ingresso e garantias.....	382
10.1.1	Eleição e sucessão	382
10.1.2	Garantias	385
10.2	Poder executivo: perda do mandato. O caso do <i>impeachment</i>	388
10.3	Competências.....	392
10.3.1	Introdução e reserva de administração.....	392
10.3.2	Competências normativas	394
10.3.3	Competências político-administrativas.....	396
Capítulo 11 – Administração Pública		401
11.1	Introdução: regime público e privado e suas recíprocas comunicações.....	401
11.2	Princípios e regras gerais da administração pública	404
11.2.1	Princípio da legalidade administrativa	404
11.2.2	Princípio da finalidade	407
11.2.3	Princípio da motivação	408
11.2.3.1	Motivação e direito administrativo sancionador	409
11.2.3.2	Motivação e análise de impacto regulatório	410
11.2.4	Princípios da segurança jurídica e da boa-fé.....	411
11.2.5	Autotutela e controles internos	413
11.2.5.1	LINDB: novos parâmetros	414
11.2.6	Princípio da impessoalidade	415
11.2.6.1	Licitações.....	418
11.2.6.2	Concurso público	419
11.2.7	Princípio da proporcionalidade	421
11.2.8	Princípio da moralidade	425
11.2.9	Princípio da publicidade	427
11.2.10	Princípio da eficiência	429
11.3	Agentes públicos	430
11.4	Uma nota sobre o regime jurídico das sociedades de economia mista e empresas públicas exploradoras de atividades econômicas	437
11.5	Uma nota sobre a responsabilidade civil do estado	438

Capítulo 12 – Poder Judiciário	441
12.1 Função jurisdicional e Poder Judiciário: introdução	441
12.2 Organização do Poder Judiciário.....	448
12.2.1 Órgãos do Poder Judiciário e distribuição constitucional de com- petências.....	448
12.2.2 Justiça Estadual	451
12.2.3 Justiças da União.....	452
12.2.4 Justiça Eleitoral.....	452
12.2.5 Justiça do Trabalho	453
12.2.6 Justiça Militar	454
12.2.7 Justiça Federal comum.....	454
12.2.8 Superior Tribunal de Justiça – STJ.....	456
12.2.9 Supremo Tribunal Federal – STF.....	459
12.3 Princípios constitucionais de organização do Poder Judiciário	461
12.4 Princípios constitucionais de funcionamento do Poder Judiciário.....	462
12.5 Funções essenciais à Justiça.....	464
 Capítulo 13 – Ordem Econômica, Tributação, Orçamento e Finanças Públicas	 467
13.1 Ordem econômica	467
13.1.1 Introdução: direito constitucional e ordem econômica.....	467
13.1.2 A ordem econômica na Constituição de 1988.....	471
13.1.2.1 Fundamentos da ordem econômica	471
13.1.2.2 Princípios setoriais da ordem econômica (art. 170).....	474
13.1.3 Agentes econômicos e seus papéis.....	479
13.1.3.1 Agentes privados	479
13.1.3.2 Agentes estrangeiros	480
13.1.3.3 Cooperativas.....	483
13.1.3.4 Terceiro setor	483
13.1.4 Estado.....	485
13.1.4.1 Modalidades de intervenção estatal na ordem econô- mica.....	486
13.1.4.2 Disciplina/regulação	487
13.1.4.2.1 A política urbana.....	489
13.1.4.2.2 A política rural	491
13.1.4.2.3 O sistema financeiro	492
13.1.4.3 Fomento.....	493
13.1.4.4 Atuação direta.....	496
13.2 Tributação.....	501
13.2.1 Introdução: direitos fundamentais, limites e possibilidades do Es- tado e Federação	503
13.2.2 Limitações ao poder de tributar.....	506

13.2.2.1	Limitações ao poder de tributar: proteção do contribuinte	507
13.2.2.2	Limitações ao poder de tributar: promoção de fins constitucionalmente relevantes	513
13.2.2.3	Limitações ao poder de tributar: federação	516
13.2.3	Competências legislativas em matéria tributária	517
13.2.4	Espécies tributárias e repartição federativa	519
13.2.4.1	Impostos e repartição das receitas tributárias	520
13.2.4.2	Taxas	524
13.2.4.3	Contribuições de melhoria	527
13.2.4.4	Empréstimos compulsórios	527
13.2.4.5	Contribuições	528
13.3	Orçamento e finanças públicas	532
13.3.1	Introdução	532
13.3.1.1	Orçamento, finanças públicas e direitos fundamentais das gerações presentes e futuras	532
13.3.1.2	Orçamento e controle de constitucionalidade	535
13.3.2	Sistema constitucional orçamentário	538
13.3.3	Sistema constitucional das finanças públicas	543
Capítulo 14	– Controle de Constitucionalidade	545
14.1	Controle de constitucionalidade: introdução e breve histórico	545
14.2	Inconstitucionalidade: algumas classificações	549
14.2.1	Inconstitucionalidade formal e material	549
14.2.2	Inconstitucionalidade por ação e por omissão	551
14.2.3	Inconstitucionalidade originária, superveniente e processo de inconstitucionalização/inconstitucionalização progressiva	557
14.2.4	Inconstitucionalidade direta e indireta/reflexa	559
14.2.5	Constitucionalidade em tese/em abstrato e inconstitucionalidade em concreto	561
14.3	Modelos clássicos de controle judicial ou quase judicial de constitucionalidade e suas características	564
14.4	O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário	576
14.4.1	O controle difuso e incidental	577
14.4.1.1	A reserva de plenário: art. 97 e a Súm. Vinculante nº 10 do STF	580
14.4.1.2	O STF, o recurso extraordinário, a repercussão geral e a súmula vinculante	582
14.4.2	Controle de constitucionalidade concentrado	592
14.5	Ações perante o STF	595

14.5.1	Ação direta de inconstitucionalidade (ADI)	595
14.5.2	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC)	604
14.5.3	Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)	606
14.5.4	Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) por omissão.....	610
14.5.5	Mandado de injunção (MI)	616
14.5.6	Representação interventiva.....	619
14.6	Controle concentrado no âmbito dos Tribunais de Justiça.....	621
14.7	Controle de constitucionalidade de emendas à Constituição.....	622
14.8	Controle de constitucionalidade: classificações (um esforço didático)	627
14.8.1	Quanto à natureza do órgão de controle	627
14.8.2	Quanto aos órgãos judiciais competentes para o controle	629
14.8.3	Quanto ao modo como o controle é levado a cabo	630
14.8.4	Quanto ao momento do controle	632
14.8.5	Quanto à obrigatoriedade de haver controle.....	632
14.8.6	Quanto à eficácia da decisão de controle.....	634
14.8.7	Quanto ao objeto das decisões de controle de constitucionalidade	636
14.8.8	Quanto aos efeitos objetivos da decisão que declara norma inconstitucional	638
14.8.9	Quanto aos efeitos subjetivos da decisão que declara norma inconstitucional	641
14.8.10	Quanto aos efeitos no tempo da decisão que declara norma inconstitucional	645
14.9	Legitimidade do controle de constitucionalidade	648
14.10	Controle de constitucionalidade e interpretação constitucional.....	655
Referências		663